

A relação entre o documento e o conhecimento histórico

Rosângela de Lima Vieira*

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 147-155, 1999.

RESUMO

O artigo se propõe a uma reflexão sobre os fundamentos metodológicos e epistemológicos da relação entre o documento e o conhecimento histórico.

Foram abordadas algumas concepções de História, de historiografia e de documento histórico, num percurso que partiu da Antigüidade grega, passou por posturas da modernidade, chegando à História Nova.

Essa caminhada proporcionou ao menos uma conclusão: a História é um conhecimento resultante da construção humana, que não pode ser absolutizado. A premissa coloca a epistemologia da História numa condição constante de avaliação auto-crítica.

Unitermos: epistemologia da História, filosofia da História, teoria da História, historiografia.

As especificidades da História em relação às outras ciências já é um debate amplamente desenvolvido por ela e por outras áreas do conhecimento. No entanto, o significado de seus caminhos próprios exige um constante pensar sobre si mesma. Uma das preocupações necessárias é com os documentos históricos e suas conexões com a História que produzimos.

Para refletir sobre os fundamentos metodológicos e epistemológicos da relação entre o documento e o conhecimento histórico, muitos são os caminhos. Trata-se de um amplo debate, que atinge diferentes concepções filosóficas e, portanto, as diversas correntes historiográficas. Devido à vasta e farta bibliografia, foram feitas algumas escolhas a partir do leque de opções existentes. O recorte passará basicamente por quatro autores: Hannah Arendt, E. P. Thompson, Paul Veyne e Jacques Le Goff.

No texto de 1954 “O conceito de História”, Hannah Arendt desenvolve sua argumentação analisando a distinção entre o antigo e o moderno

*Doutoranda em História na Faculdade de Ciência e Letras - UNESP - Av. Dom Antônio, 2.100 - CEP 19.800-000. Assis - SP. Bolsista da FAPESP

conceito de História. A autora parte do pressuposto de que o conceito de História decorre da relação homem/natureza. É por isso que, inicialmente, a pensadora alemã analisa a relação homem/natureza nos dois períodos. E subjacente a essa análise, Arendt vai demonstrando o conceito de História implícito a cada cosmovisão.

Na Antigüidade, havia uma oposição entre estes dois substantivos, caracterizada principalmente pela imortalidade da natureza em contraposição à mortalidade humana.

Ora, foi essa oposição, percebida pelos antigos, que engendrou a História, isto é, o desejo de imortalidade despertou no homem, antes mesmo de Heródoto e Homero, a necessidade de recordar e relatar o passado para garantir uma “imortalidade potencial”. E assim, “Através da História os homens se tornam quase iguais à natureza ...”(Arendt, 1997, p. 77). Esse pressuposto caracterizou a primeira fase da História: memorialista, singularista, preocupada com os grandes feitos, batalhas, homens. A História se constituiu à imagem da natureza, daí sua circularidade; o homem - individual e mortal, move-se

... ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica ... (os homens) seccionam transversalmente um movimento que é desprovido de objetivo e encerrado dentro de si mesmo (Arendt, 1997, p. 71).

A partir dos séculos XVI e XVII, um novo conceito de natureza começou a ser construído. Ela passa a ser vista enquanto elemento passível de quantificação, de previsibilidade e de manipulação. Para Descartes, a natureza é mecânica, isto é, constitui a *res extensa*, cujas leis são absolutamente necessárias e, portanto, previsíveis. E o homem, enquanto *corpo*, pertence a esse *mundo da necessidade*, pois é tratado “...como um ser inteiramente natural cujo processo de vida pode ser manipulado da mesma maneira que todos os outros processos.” (Arendt, 1997, p. 90). Essas novas concepções de natureza e de homem são decorrentes de um novo saber, a ciência moderna.

Com a destruição da visão antiga de universo, um todo acabado e perfeito, o homem moderno assume uma postura epistemológica ‘ativa’. A ciência passa a ter como objetivo interferir numa realidade que agora se apresenta em processo contínuo de transformação. Segundo Arendt (1997)

A noção de processo não denota uma qualidade objetiva, quer da história, quer da natureza; ela é o resultado inevitável da ação humana. O primeiro resultado do agir dos homens na história foi a história tornar-se um processo ... (p. 94).

Como conseqüência dessa nova relação com a natureza, temos uma História linear, antropocêntrica e processual. Por diferentes caminhos, chegou-se a uma similitude do homem com a natureza. Na Antigüidade,

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

VIEIRA, Rosângela
L. A relação entre o
documento e o co-
nhecimento históri-
co. *Mimesis*, Bauru,
v. 20, n.1, p. 147-
155, 1999.

natureza e homem se imortalizaram, enquanto que na Modernidade ambos tornaram-se mortais.

Num segundo momento, a filósofa alemã nos leva a refletir sobre a visão processual da História. Remete-nos à História como processo sendo a promotora do retorno da visão de imortalidade, desta vez não do homem enquanto pessoa, mas da humanidade. É o que Arendt chama de “imortalidade terrena”.

Sua principal argumentação consiste na linha do tempo cronológica com passado e futuro infinitos:

Essa dupla infinitude do passado e do futuro elimina todas as noções de princípio e de fim, estabelecendo a humanidade em uma potencial imortalidade terrena (Arendt, 1997, p. 101).

Posteriormente, analisando a História na esfera política, a autora enfatiza as conseqüências da visão teleológica da História moderna, a busca de um sentido único no processo histórico da humanidade. Abandona novamente a infinitude e, desta vez, a História passa a ser vista como “... algo que possui um início bem como um fim, cujas leis de movimento podem portanto ser determinadas ...” (Arendt, 1997, p. 115).

Se, por um lado, voltamos à condição humana de mortais, por outro temos um novo problema: com uma História com leis determinadas, deixamos de ser sujeitos desta História.

Hannah Arendt termina por nos conduzir à necessidade de repensar os conceitos de História, homem e natureza - revendo a relação teoria e realidade - sem a absolutização de nenhum deles ou a massificação do homem.

Todos os processos da terra e do universo se revelaram como sendo ou feitos pelo homem ou potencialmente produzidos por ele.(...) Foi o que aconteceu ao nosso conceito de história, como foi o que sucedeu ao nosso conceito de natureza. Na situação de radical alienação do mundo, nem a história, nem a natureza são em absoluto concebíveis (Arendt, 1997, p. 125-126).

A reflexão sobre a relação entre teoria e realidade é uma questão posta pela modernidade, pois somente com o racionalismo cartesiano se colocou a dualidade entre o sujeito e o objeto. Para a Antigüidade, sujeito e objeto eram uma mesma realidade; o microcosmo, homem, era parte do macrocosmo. Portanto, com a modernidade surge uma questão: qual é o papel dessas categorias (sujeito e objeto) no processo do conhecimento?

É exatamente esse um dos pontos do debate entre Louis Althusser e E. P. Thompson, expresso em sua obra *A miséria da teoria*. Os dois pensadores marxistas discutem sobre a preponderância do teórico ou do empírico na busca do conhecimento. A principal crítica de Thompson a Althusser consiste no fato de que este

não tem a categoria (nem um meio de ‘tratar’) da experiência (ou a influência do ser social sobre a consciência social); por isso, falsifica o ‘diálogo’ com a evidência empírica inerente à produção do conhecimento e à prática do próprio Marx, incidindo portanto, continuamente, em modos de pensar que a tradição marxista chama de idealistas (Thompson, 1981, p. 12).

Thompson está salientando que falta a Althusser uma categoria para estabelecer a relação entre a teoria e a realidade, o que o leva a distanciar-se da própria realidade.

Alinhavando com o materialismo histórico o empirismo inglês, o pensamento de Thompson caracteriza-se por opor-se à ortodoxia marxista, proporcionando uma importante renovação teórica, uma vez que não parte de conceitos previamente estabelecidos. Na referida obra, ele esclarece sua posição a respeito da relação teoria/realidade:

Vou dar um exemplo e ah! vejo a minha mesa. O fato de ser um objeto ‘nulo ou inerte’ não impede que esse objeto seja uma parte determinante numa relação sujeito - objeto. Não se conhece nenhum pedaço de madeira que se tivesse jamais transformado a si mesmo numa mesa; nem se conhece qualquer marceneiro que tenha feito uma mesa de ar ou de serragem. O marceneiro se apropria da madeira e, ao transformá-la numa mesa, é governado tanto pela habilidade (prática teórica, nascida de uma história, ou ‘experiência’, de fazer mesas, bem como uma história da evolução das ferramentas adequadas) como pelas qualidades (tamanho, grão, amadurecimento) da própria prancha. A madeira impõe suas propriedades e sua ‘lógica’ ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira (Thompson, 1981, p. 26).

Portanto, o autor deixa bem claro que é na relação entre teoria e realidade, (sujeito e objeto) que se estabelece o conhecimento. No que tange à História, ele esclarece:

Um historiador – e, sem dúvida um historiador marxista – deveria ter plena consciência disto. O texto morto e inerte de sua evidência não é de modo algum ‘inaudível’ ; tem uma clamorosa vitalidade própria; vozes clamam do passado, afirmando seus significados próprios ... (Thompson, 1981, p. 27).

E nos leva a refletir que, no caso da História, tanto a teoria como a realidade constroem o conhecimento histórico.

Outro historiador, Paul Veyne, nos remete a aprofundar a reflexão sobre a complexidade da questão teoria/realidade. Na obra *Como se escreve a História*, ele mostra a necessidade de repensar o que se entende por ‘sujeito’, por ‘objeto’ e, conseqüentemente, a relação entre eles. Em relação à História, a questão assume um grau de maior dificuldade; o próprio objeto de estudo é, em si, obra humana e, portanto, construção do sujeito.

Também a noção de objeto da História tem se modificado. Isso se dá porque: “... a história não possui articulação natural...” (Veyne, 1982,

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

p. 19). Para esclarecer, ele lembra que, inicialmente, os fatos históricos eram as “... histórias - os tratados - e - as batalhas...”; com a Escola dos Annales, buscou-se o “... não-factual...” ou seja: “... os eventos ainda não consagrados como tais ...” (Veyne, 1982, p. 19). Portanto, o fato histórico é uma construção.

Entretanto, a dificuldade não se esgota aí. Há outra questão que se coloca - as fontes:

“... um acontecimento só é conhecido mediante indícios e ... qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento ...” (Veyne, 1982, p. 21). Em outras palavras, os historiadores constroem o que vão considerar fato e o fazem a partir das fontes, que são também construções humanas. Mais até do que construções, são ‘monumentos’ - na expressão de Jacques Le Goff (1984) - intencionalmente deixados para contarem ‘uma determinada’ história.

No texto “Documento/Monumento”, Le Goff, historiador francês do grupo da “Escola dos Annales”, analisa o processo de institucionalização dos monumentos e dos documentos, como fontes pela historiografia e discute a questão do próprio objeto da História.

Este percurso é feito em três etapas: inicialmente, resgata a conceitualização tradicional de monumento e de documento. ‘Monumento’ em latim liga-se a ‘fazer’, ‘recordar’, ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’; herança do passado; sinal do passado. É tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura, ou ainda um monumento funerário). Refere-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, é um legado à memória coletiva.

Já a palavra ‘documento’ tem originariamente o sentido de ‘prova’, de ‘ensino’. Para a História Positivista, o documento é o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador. Apresenta-se por si mesmo, como prova histórica, que se afirma necessariamente como documento escrito. Nessa perspectiva, o termo monumento era usado para grandes coleções de documentos.

Em seguida, Le Goff (1984) apresenta as mudanças radicais do século XX, que ele chamou de “revolução documental”. Enquanto no positivismo o documento escrito triunfa, com a História Nova ocorre uma revolução na própria concepção de documento, enriquecendo e ampliando seu conteúdo. Essa revolução se amplia nos anos 60 e nesse sentido, Le Goff (1984, p. 98) diz que o historiador começa a “... fazer falar as coisas mudas ...”.

Com a revolução documental, há uma dilatação da memória escrita; é uma revolução quantitativa e qualitativa. Essa ampliação se dá em dois níveis: a nível do documento em si, ou seja, não são considerados apenas os documentos oficiais, diplomáticos, militares, mas uma diversidade de fontes. Outro nível de mudanças é a introdução do computador possibilitando ao historiador trabalhar com uma farta documentação;

nasce a História Quantitativa e a História Serial. Dessa forma, inaugura-se a era da documentação de massa, altera-se o estatuto do documento, valoriza-se a memória coletiva.

Por último, o autor demonstra a necessidade de uma crítica mais profunda em relação ao documento enquanto monumento. Recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela História tradicional ou transformado em dado nos novos sistemas de montagem da História serial, o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical.

A crítica tradicional ao documento era apenas uma procura por sua autenticidade. No entanto, para os historiadores dos “Annales” - desde a primeira geração - havia a necessidade de uma crítica em profundidade da noção de documento. Lucien Febvre já propunha a discussão do próprio documento enquanto tal. Também é esta a posição de Marc Bloch, apud Le Goff:

... os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imprescrutável desígnio dos deuses ... (eles) dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão ... (Le Goff, 1984, p. 101).

A concepção do documento/monumento traz em seu bojo a crítica do documento enquanto monumento, ou seja, como um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham o poder. Não existem, portanto, documentos objetivos, inócuos, primários.

Le Goff nos recorda que Michel Foucault colocou claramente a questão da relação da História com o documento:

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa (Le Goff, 1984, p. 102).

Em outras palavras, ao historiador cabe isolar, agrupar, reagrupar, relacionar, formar conjuntos, a partir de uma massa de elementos.

Segundo Jacques Le Goff, um exemplo dessa nova postura é Monique Clavel-Lévêque em seu estudo literário *Les Gaules et les Gaulois*, de 1974. Ela desmonta, desestrutura o documento histórico, pondo em evidência o seu caráter de monumento. E revela que o documento é composto de elementos que funcionam como um ‘inconsciente cultural’. Assim, a autora considerou o documento como um monumento no qual era preciso encontrar, através de uma crítica interna, as condições de sua produção histórica e sua intencionalidade inconsciente.

Especificamente, para Le Goff, uma história global deve partir da idéia de que o documento é sempre monumento, isto é, um esforço das sociedades para impor, ao futuro, determinada imagem de si mesma. Qualquer documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque um monumento é uma roupagem, uma aparência enganadora, uma monta-

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

gem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

Destaca-se, assim, um alargamento da noção de documento. Ora, se todos os documentos estão vestidos de intencionalidade, aquela postura equivocada de usarmos somente documentos oficiais como fontes fidedignas anula-se, esvazia-se, uma vez que todos os documentos são intencionalmente monumentos.

Toda essa discussão nos remete novamente a Arendt, a Thompson e a Veyne (1982, p. 25) “... a história não é senão respostas a nossas indagações ...”. Somos nós os historiadores que problematizamos aqueles eventos que elencamos, e os documentos que descobrimos são aqueles nos quais buscamos determinadas respostas. Portanto, somos os construtores deste conhecimento chamado História. Sempre vamos ao mundo empírico vestidos de teoria, de conhecimentos e nele encontraremos exatamente o que fomos buscar, ao invés de encontrarmos uma realidade em si.

Estamos nós, os historiadores, engessados?

O percurso feito até aqui parece responder afirmativamente a esta questão. Primeiro Arendt demonstrou o distanciamento entre a teoria e a realidade; depois Thompson lembrou a necessidade de se perceber a relação entre elas; em seguida, Veyne alertou-nos da complexidade desta relação. Por fim, Le Goff (1984) mostrou que a construção de nosso objeto de estudo é subjetiva e depende das fontes; estas, por sua vez, também são uma construção humana intencional e, portanto, uma montagem.

Este é um dos abismos com que temos nos defrontado, principalmente neste século. A História não pode sozinha encontrar as respostas, até porque ela acredita-se muito menos teórica para poder fazê-lo. No entanto, a historiografia da Escola dos Annales contribuiu com diretrizes metodológicas para avanços nestas discussões. Entre elas, já destacamos a ampliação do conceito de fonte e a postura crítica diante dos documentos/monumentos. Outras contribuições também merecem destaque:

- A abordagem interdisciplinar da História apresentada na própria revista fundadora do movimento em 1929.
- O uso do método regressivo, ou a necessidade de ler a “*história ao inverso*”, partindo-se do contemporâneo para épocas passadas. Porque os fenômenos históricos são estudados e explicados em termos do presente, e não em função de tempos anteriores; ou seja, ir do conhecido para o desconhecido. Assim, os historiadores assumem-se como agentes deste conhecimento de forma consciente e explícita.
- A pesquisa a partir de uma problemática - história-problema - defendida por Lucien Febvre como um novo tipo de História. Isso significa elaborar estudos tendo por centro problemas, questões a investigar. O historiador vai às fontes com objetivos claros buscando respostas àquelas questões.
- A busca de se conhecer o caminho cultural próprio de cada sociedade. Esse postulado é defendido por Febvre e Bloch, partindo da premis-

sa de que a realidade é necessariamente construída social e culturalmente.

- A ênfase na análise das estruturas, em detrimento da narrativa dos acontecimentos. O maior expoente desta proposta é Fernand Braudel. Para ele, os acontecimentos não são mais do que a espuma nas ondas do mar da História e para entendê-la são necessários mergulhos profundos.

Em síntese, Jacques Le Goff (1984) enfatiza que a revolução historiográfica provocou mudanças profundas. Uma delas foi a consciência de que as fontes são produzidas intencionalmente e outra, o uso da tecnologia na produção historiográfica. Com isso, abandonou-se o acontecimento, a história linear, progressiva e passou-se a trabalhar com as séries de dados e com a história descontínua.

É esta a contribuição, em relação à epistemologia da História, que esperávamos explicitar: a descontinuidade da História. Deixando de vê-la como um todo e com um *telos*, podemos ultrapassar outras “camisas de força” teóricas e buscar uma maior proximidade com a realidade, que nos pedia Arendt.

O percurso realizado proporcionou-nos uma conclusão: a História é um conhecimento resultante da construção humana, que não pode ser absolutizado. Esta premissa coloca a epistemologia da História numa condição constante de crise, ou seja, de avaliação crítica de si mesma.

VIEIRA, Rosângela L. The relationship between document and historical knowledge. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the methodological and epistemological foundations of the relationship between document and historical knowledge. Some concepts of History, historiography and historical document were approached beginning with Classical Greece, and going through modern trends to get to New Historicism. This path allowed a conclusion: History is knowledge resulting from human construction which cannot be granted as absolute. Such premisses puts History epistemology in a constant condition of self criticism evaluation.

Key Words: History epistemology, History philosophy, History theory, historiography.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n.1, p. 147-155, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v.1

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria - ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1982.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992a.

_____. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929 - 1989: a revolução francesa da historiografia*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.